



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS

EM

31 DE MARÇO DE 2025

SUMÁRIO

	FOLHA
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3 e 4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 a 28

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de março de 2025 de 31 dezembro de 2024
em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		131.962	124.994
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	94.833	96.279
Cauções e Depósitos Vinculados	5.1	814	803
Clientes	6	25.286	10.752
Outros Créditos	8	1.553	1.301
Tributos Compensáveis	9	5.390	10.831
Investimentos Temporários	10	2.931	3.207
Despesas pagas antecipadamente	11	1.155	1.822
NÃO CIRCULANTE		629.850	636.050
Realizável a Longo Prazo		133.699	132.356
Tributos Diferidos	12	121.012	119.551
Encargos setoriais a compensar	13	4.328	4.447
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
Imobilizado	14	325.079	329.733
Intangível	15	170.498	173.333
Direitos de Uso de Ativo	16.1	575	629
TOTAL DO ATIVO		761.812	761.045

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de março de 2025 de 31 dezembro de 2024
em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	31/03/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		116.407	114.106
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	370	283
Fornecedores	18	3.957	3.857
Outros Tributos e Contribuições Sociais	19	1.697	834
Encargos Setoriais a Pagar	23	1.703	1.612
Pequisa e Desenvolvimento	21	215	104
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	107.382	106.333
Passivo de Arrendamento	16.2	280	280
Outros passivos circulante	23	803	803
NÃO CIRCULANTE		774.337	772.860
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	757.473	755.649
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	1.128	1.222
Passivo de Arrendamentos	16.2	341	393
Provisão para Litígios	25.1	3.285	3.285
Obrig. Vinc. Conc.Serv.Publico Energ. Elétrica	26	12.110	12.310
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(128.932)	(125.921)
Capital Social	27.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	27.2	2.189	2.373
Prejuízos Acumulados		(166.624)	(163.796)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		761.812	761.045

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
dos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	N.E	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2024 a 31.03.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	45.487	24.031
(-) Custos Operacionais	29	(22.305)	(20.793)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		23.182	3.238
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	30	(1.717)	(1.647)
Despesas Administrativas	30	(1.760)	(1.681)
Outras Receitas	30	43	34
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		21.465	1.592
RESULTADOS FINANCEIRO	31	(25.754)	(9.838)
Receitas financeiras	31	11.596	20.635
Despesas financeiras	31	(37.350)	(30.472)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(4.289)	(8.246)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.461	3.203
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	12	1.461	3.203
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(2.828)	(5.043)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		(0,05)	(0,08)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

dos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024

em milhares de reais

	01.01.2025	01.01.2024
	a	a
	31.03.2025	31.03.2024
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(2.828)	(5.043)
Outros resultados abrangentes		
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	(276)	(6.373)
Operações com Créditos de Carbono	(276)	(6.373)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	94	2.167
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	(182)	63
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(3.011)	(4.980)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 dos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Total
		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	35.503	2.844	(74.486)	(36.139)
Outros Resultados Abrangentes		63		63
Prejuízo do Período: Janeiro a Março 2024		-	(5.043)	(5.043)
Saldos em 31 de Março de 2024	35.503	2.907	(79.529)	(41.119)
Outros Resultados Abrangentes: Abril a Dezembro 2024		(535)		(535)
Prejuízo do Período: Abril a Dezembro 2024		-	(84.267)	(84.267)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	35.503	2.372	(163.796)	(125.921)
Outros Resultados Abrangentes: Janeiro a Março 2025		(182)		(182)
Prejuízo do Período: Janeiro a Março 2025		(2.829)	-	(2.829)
Saldos em 31 de Março de 2025	35.503	(639)	(163.796)	(128.932)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
dos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	NE nr.	31.03.2025	31.03.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(2.828)	(5.043)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	14	5.780	5.728
Amortização	15	2.835	2.821
Variações monetárias não realizadas		29.970	13.708
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(1.461)	-
Transferencia de Imobilizado		-	425
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Cauções e Depósitos Vinculados	5.1	(11)	-
Clientes	6	(14.534)	1.502
Outros créditos	8	(251)	(975)
Tributos compensáveis	9	5.440	(924)
Despesas pagas antecipadamente	11	667	638
Encargos setoriais a compensar	13	119	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	87	21
Fornecedores	18	100	(748)
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	-	-
Outras Obrigações Fiscais	19	863	(366)
Pagamento de direito de uso		(64)	(41)
Contas a pagar vinculadas a concessão - Uso do Bem Público	20	(27.086)	(25.913)
Pequisa e Desenvolvimento	21	111	14
Encargos Setoriais	23	90	(814)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(173)	(13.168)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	14	(1.272)	(13)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.272)	(13)
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(1.445)	(13.181)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	96.278	166.544
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	94.833	153.363
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(1.445)	(13.181)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
dos períodos findos em 31 de março de 2025 e de 2024
em milhares de reais

	NE nr.	31.03.2025	31.03.2024		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	28	50.112	26.059		
Total		50.112	26.059		
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	29	(2.828)	(1.857)		
Encargos de uso da rede elétrica	29	(6.207)	(6.322)		
Material, insumos e serviço de terceiros	29 e 30	(5.063)	(4.393)		
Outros insumos	29 e 30	(126)	(101)		
Total		(14.224)	(12.673)		
(=) Valor adicionado bruto		35.888	13.386		
(-) Depreciação e amortização					
	29 e 30	(8.186)	(8.229)		
(=) Valor adicionado líquido		27.702	5.158		
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	31	11.595	20.634		
Outras Receitas	31	44	34		
Total		11.639	20.667		
Valor adicionado a distribuir		39.341	25.825		
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	31.03.2025	%	31.03.2024	%
Pessoal					
Remuneração e honorários		(925)		(891)	
Planos previdenciários e assistencial		(256)		(245)	
Benefícios		(113)		(100)	
Encargos sociais - FGTS		(40)		(37)	
Total		(1.334)	(3,4)	(1.273)	(4,9)
Governo					
Federal	28 e 30	(3.420)		933	
Municipal	30	(34)		(28)	
Total		(3.454)	(8,8)	905	3,5
Terceiros					
Juros e variações monetárias	31	(37.350)		(30.470)	
Arrendamentos e aluguéis	30	(32)		(30)	
Total		(37.382)	(95,0)	(30.500)	(118,1)
Acionistas					
Lucro (Prejuízo) do período		2.828		5.043	
Total		2.828	7,2	5.043	19,5
		(39.341)	(100,0)	(25.825)	(100,0)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2025

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado. A sociedade foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas Santa Clara e Fundão e pelas centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / CGH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	66,000
UHE – Fundão	120,168	62,100
CGH - Santa Clara I e Fundão I	6,075	4,900
	246,411	133,000

2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC foi regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001. Após a repactuação do risco hidrológico, conhecido como GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), em virtude da promulgação das Leis 13.203/15 e 14.052/20, o prazo de concessão da UHE Santa Clara foi estendido até 10 de maio de 2040, enquanto para UHE Fundão o prazo encerrar-se-á em 10 de junho de 2040.

Em 20 de junho de 2023, com a publicação das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 14.744 e 14.745, as centrais geradoras hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I ficaram dispensadas da reversão dos bens vinculados a essas autorizações nos termos do § 9º, do art. 1º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, bem como do recolhimento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos mensais a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então os pagamentos são corrigidos anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Administração em 28 de abril de 2025.

3.2 Base de Mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os investimentos temporários mensurados pelos seus valores justos (créditos de carbono). O custo histórico geralmente é baseado no valor pago das contraprestações em troca de ativos na data de aquisição.

3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não existir incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Também, não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros foi a IFRS 9. Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados pelo custo amortizado.

4.2 Contas a pagar vinculadas à concessão

São os valores preestabelecidos no contrato de concessão firmado com a União relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato foi assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial do direito e da obrigação ocorreu com a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil e corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa dos pagamentos futuros. Posteriormente, o saldo devedor é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

4.3 Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

4.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados ao contrato de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pelo poder concedente, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, sendo revisada anualmente e ajustada, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.5 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do contrato de concessão nº 125/2001.

4.5.1 Concessão onerosa de geração de energia elétrica

Corresponde à aquisição de direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica cujo contrato prevê pagamentos mensais à União a título de Uso do Bem Público – UBP. O montante foi reconhecido pelo valor presente das saídas de caixa futuras no período de vigência do contrato de concessão. Na data de início da operação comercial ou da aquisição do direito de exploração do empreendimento, o montante apresentado é fixado e amortizado durante o período da concessão.

4.5.2 Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

4.5.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

4.6 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.6.1- Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.6.2- Tributos Diferidos

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

4.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

4.8 Receita de Contratos com Clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

A receita operacional da Companhia é proveniente do suprimento de energia elétrica. A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas

técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

4.9 Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

4.10 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.11 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina plano previdenciário para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela Companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra o plano.

Ganhos ou perdas atuariais motivadas por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.12 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação

societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRS

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e bancos contas movimento		25	19
Aplicações financeiras de curto prazo		94.808	96.260
		94.833	96.279

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras, com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características: alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração referenciada pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em conformidade com sua Política de Aplicações Financeiras vigente.

5.1 Cauções e Depósitos Vinculados

	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
Caixa Econômica Federal - POUPANÇA		814	803
		814	803

A conta poupança de depósitos vinculados mantida junto à Caixa Econômica Federal refere-se à caução de valores realizada por clientes em garantia de contratos de suprimento de venda de energia.

6. Clientes

Clientes	Saldos	Vencidos	Vencidos há	Saldo	Saldo
	vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	31/03/25	31/12/24
Suprimento - Livres	16.918	-	1.342	18.260	9.888
CCEE	7.026	-	-	7.026	864
	23.944	-	1.342	25.286	10.752

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre). A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia na câmara para cumprimento dos seus contratos.

A administração não provisiona PECLD (Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa), para eventos referentes aos CCVEE e liquidação no âmbito da CCEE por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias e contratuais, que impõem penalidades aos possíveis inadimplentes, além da constituição de garantias financeiras, mitigando o risco de crédito.

7. Partes Relacionadas

	31/03/2025	31/12/2024
<u>Ativo não circulante</u>		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.508	2.507
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	2.258	2.245
Copel Geração e Transmissão S.A.	164	157
<u>Resultado</u>	31/03/2025	31/03/2024
Entidade sob controle em comum		
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(6.207)	(6.322)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(276)	(265)

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a prestação de serviços de planejamento energético e os encargos pelo uso do sistema de distribuição.

8. Outros Créditos

	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
Almoxarifado de manutenção e operação		1.465	1.299
Adiantamento a empregados		88	-
Adiantamento a fornecedores		-	2
		1.553	1.301

9. Tributos Compensáveis

Descrição	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
Tributos Compensáveis			
Imposto de Renda Pago por Estimativa		676	1.827
Contribuição Social Pago por Estimativa		304	2.041
Imposto de Renda retido na fonte		4.410	6.963
Ativos compensáveis		5.390	10.831
Imposto de Renda e CSLL a pagar			
Imposto de Renda		829	-
Contribuição Social		299	-
Passivos a liquidar		1.128	-
Ativos líquidos a compensar		4.262	10.831

Os ativos líquidos a compensar serão objeto de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), podendo ser restituídos através de crédito em conta corrente da empresa e/ou compensados com tributos federais devidos futuramente.

10. Investimentos Temporários

Data	Descrição	Quantidade	Valores R\$ Mil
31/12/2024	(+) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	518.270	
31/03/2025	(-) Vendas de Certificados RCEs Jan a Mar 2024	(7.494)	
	(=) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	510.776	
	Marcação a Mercado do RCE - Dólar - US\$ 1,00		
	Cotação - Dólar R\$ 5,7416		
	Custo Unitário R\$ 5,74		
Saldo Final Ajustado - AVJ			2.931

No 1º Trimestre de 2025, a Companhia negociou 7.494 toneladas (t) de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundação Santa Clara *Energetic Complex Project* (FSCECP).

11. Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
Seguro das usinas		1.155	1821
Seguro sede administrativa		-	1
		1.155	1822

As despesas antecipadas registram os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá em períodos subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a SOMPO SEGUROS com vigência até 07 de setembro de 2025, a qual prevê como Limite Máximo de Garantia R\$ 364.032 mil.

12. Tributos Diferidos

Mutação do diferido

Mutação do diferido	31/12/2024	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/03/2025
(+) Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	102.987	1.728	-	104.715
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	16.564	(267)	-	16.297
	119.551	1.461	-	121.012
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros -				
Créditos de Carbono	1.222	(94)	-	1.128
	1.222	(94)	-	1.128
(=) Líquido apresentado no Balanço	118.329	1.555	-	119.884

A Administração avalia que a recuperação dos créditos tributários diferidos registrados, principalmente aqueles relacionados a prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, é provável, considerando a geração de lucros tributáveis futuros. Tal avaliação tem suporte nas projeções

financeiras da Companhia, corroboradas pelos valores em uso apurados nos testes de recuperabilidade dos ativos e de projeções da Companhia para períodos futuros.

13. Encargos Setoriais a Compensar

Encargos Setoriais a Compensar	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
Pesquisa e Desenvolvimento		4.328	4.447
		4.328	4.447

A Lei nº 14.120/2021, redirecionou totalmente os recursos em P&D não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 1º de setembro de 2020, adicionalmente comprometeu em 30% (trinta por cento) os recursos entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, reduzindo os valores disponíveis em poder da empresa, os quais foram destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Contudo, como a Companhia havia adquirido placas solares e outros materiais essenciais para a conclusão projeto da Fonte Solar Flutuante “Cabeça de Séria”, optou pela continuidade dos investimentos gerando um ativo de Encargos Setoriais a Compensar.

14. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia encontra-se sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação ao longo do prazo de concessão.

14.1 Imobilizado por Classe de Ativo

	Custo	Depreciação Acumulada	31/03/2025	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	355.388	(189.386)	166.002	355.388	(186.433)	168.955
Máquinas e equipamentos	213.240	(123.617)	89.623	213.196	(121.804)	91.392
Edificações	77.168	(36.780)	40.388	77.168	(36.093)	41.075
Terrenos	32.841	(9.106)	23.735	32.841	(8.636)	24.205
Móveis e utensílios	886	(776)	110	886	(772)	114
	679.523	(359.665)	319.858	679.479	(353.739)	325.739
Em curso						
Custo	5.221	-	5.221	3.993	-	3.993
	5.221	-	5.221	3.993	-	3.993
	684.744	(359.665)	325.079	683.472	(353.739)	329.733

14.2 Mutações do Imobilizado

	Saldo em 31/12/2024	Aquisições	Depreciação	Baixas	Saldo em 31/03/2025
Em serviço					
Reservatórios, barragens, adutoras	168.955	-	(2.953)	-	166.002
Máquinas e equipamentos	91.391	45	(1.813)	-	89.623
Edificações	41.075	-	(687)	-	40.388
Terrenos	24.205	-	(469)	-	23.736
Móveis e utensílios	114	-	(4)	-	110
	325.740	45	(5.926)	-	319.859
Em curso					
Custo	3.993	1.227	-	-	5.220
	3.993	1.227	-	-	5.220
	329.733	1.272	(5.926)	-	325.079

15 Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, foi a seguinte:

15.1 Intangível por classe de ativo

	Valores em	31/03/2025	31/12/2024
Custo			
Contrato de Concessão de Geração		327.373	327.373
Outros Intangíveis		21.588	21.588
		348.961	348.961
Amortização			
Contrato de Concessão de Geração		(172.224)	(169.657)
Outros Intangíveis		(6.239)	(5.972)
	Valores em	(178.463)	(175.628)
Saldo do Intangível		170.498	173.333

15.2 Contrato de Concessão de Geração

	Em serviço	Em curso	Total
Em 31/12/2024	157.717	-	157.717
Quotas de Amortização - Concessão	(2.567)	-	(2.567)
Em 31/03/2025	155.149	-	155.149

15.3 Outros Intangíveis

	Em serviço	Em curso	Total
Em 31/12/2024	15.616	-	15.616
Quotas de Amortização	(267)	-	(267)
Em 31/03/2025	15.349	-	15.349

As amortizações do contrato de concessão nº 125/2001 e as extensões decorrentes da repactuação do risco hidrológico GSF são calculadas de forma linear até o prazo final da concessão.

16 Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

16.1 Direito de Uso de Ativo

Mutação	31/12/2024	Adições	Amortização	Baixas	31/03/2025
Em serviço					
Imóveis	630	-	(55)	-	575
	630	-	(55)	-	575

16.2 Passivo de Arrendamento

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2024	280	393	673
Pagamentos	(64)	-	(64)
Transferências	64	(64)	-
Ajuste a valor presente	-	12	12
31/03/2025	280	341	621

Realização do Passivo de Arrendamento

2025	192
2026	257
2027	236
Valores não descontados	685
Juros embutidos	(64)
Saldo do passivo de arrendamento	621

O imóvel que abriga a sede administrativa da Companhia encontra-se na Rua José de Alencar, 2021 e 2005, Curitiba – PR, CEP 80.040-040, sendo regulado pelo contrato de nº 022/2022, com vigência até 28 de novembro de 2027.

17 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
Salários a pagar		-	-
Tributos retidos na fonte		63	108
Provisão de férias e 13º salário		307	175
		370	283

As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, benefícios e encargos sociais pagos aos funcionários, diretores e conselheiros estatutários da Companhia.

18 Fornecedores

	Vincendos até 30 dias	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Saldo 31/03/2025	Saldo 31/12/2024
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.258	-	-	2.258	2.258
Materiais e Serviços - Copel GET	164	-	-	164	164
Materiais e Serviços	1.535	-	-	1.535	1.435
	3.957	-	-	3.957	3.857

Os fornecedores são registrados no passivo pelo valor nominal dos títulos a pagar acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

19 Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
PIS e Cofins		1.229	418
Tributos retidos na fonte		177	178
Previdência Social INSS		280	223
FGTS		11	15
		1.697	834

A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.

20 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia realiza pagamentos a título de UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é reajustado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

Mutação	
	31/12/2024
	861.982
Ajuste a valor presente	2.873
Varia�o monetária	(27.086)
Pagamentos	27.086
	31/03/2025
	864.855

Realiza�o		
Ano	Valor nominal	Valor presente
2025	85.182	81.578
2026	113.576	99.298
2027	113.576	89.458
2028	113.576	80.593
2029	113.576	72.607
2030	113.576	65.411
2031	113.576	58.929
Após 2031	974.865	316.981
Totais	1.741.503	864.855

21 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de gera o e empresas autorizadas   produ o independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2. , da Lei n  9.991/00 e Resolu es Normativas Aneel n  316/08 e 300/08. Esse percentual encontra-se distribuído da seguinte maneira 40% FNDCT, 20% MME e 40% P&D.

O Despacho ANEEL n  904/2021 determinou o recolhimento   CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), do percentual fixo de 30% tendo como base de cálculo os valores devidos a título de P&D, entre 1  de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025.

Mutação	Circulante				Total
	FNDCT	MME	CDE	P&D	
31/12/2024	58	29	17	-	104
Constituições	169	85	51	-	305
Recolhimentos	(108)	(54)	(32)	-	(194)
31/03/2025	119	60	36	-	215

22 Encargos Setoriais a Pagar

Encargo Setorial	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
Compensac�o Financeira Utilização Recursos Hídricos		1.703	1.612
		1.703	1.612

A CFURH foi criada pela Lei n  7.990/1989 para compensar estados e municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas pela inundação de áreas durante a formação dos reservatórios que atendem as usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

23 Outros Passivos Circulantes

Outros passivos circulantes	Saldos em	31/03/2025	31/12/2024
Caução em garantia		803	803
		803	803

Os CCVEE firmados com comercializadoras requerem garantias financeiras sob a forma de seguro garantia, carta de fiança bancária, caução, título público ou CDB através de Contrato de Cessão de Direitos Creditórios.

24 Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosa de III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

24.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e   IFRIC 14. As premissas econ micas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

24.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do

Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2024	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	37	-	37
Amortizações	(37)	-	(37)
31/03/2025	-	-	-

Conforme Relatório Atuarial elaborado pela consultoria contratada, não existem valores a reconhecer nos balanços da Companhia.

25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

A Companhia questionou os escritórios responsáveis pelas ações da entidade quanto ao andamento dos processos com anotação do risco de futura saída de recursos. Ato contínuo, o departamento jurídico da Companhia analisou as respostas das firmas terceirizadas e consolidou-as num relatório onde constam todos os processos, tanto polo ativo quanto passivo.

25.1 Provisões para litígios

Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Tipo	Saldo em 31/12/2024	Adições / (Reversões) no Ativo Imobilizado			Quitação	Saldo em 31/03/2025
		Adições	Reversões	Atualizações		
<u>Cíveis</u>						
Desapropriações e patrimoniais	3.285	-	-	-	-	3.285

25.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

Natureza	Descrição	Provisão p/ litígios		Passivo contingente	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Regulatórias					
União	Pedido de Reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão, referente ao valor do pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP			9.075	9.075

Natureza	Descrição	Provisão p/ litígios		Passivo contingente	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
União	Ação Cível Regulatória nº 1018438-81.2017.4.01.3400 na qual pleiteia a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que reduziu em 2,6 MW médios sua energia assegurada, tendo decisão proferida de maneira liminar pelo TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região que garantiu a manutenção da liquidação integral da GF (140,3 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Caso a decisão judicial seja revertida a entidade sofrerá reflexos retroativos das liquidações financeiras no período 01/2018 a 12/2022, com possível devolução dos recebimentos decorrentes da liminar atualizados de acordo com a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.			27.150	26.700
União	Elejor questiona a metodologia que reduziu sua Garantia Física, no novo período; ainda sem liminar.			16	16
Cíveis					
Desapropriações e Patrimoniais					
Desapropriação	Ação de desapropriação para construção do Complexo Energético Fundão e Santa Clara, que se discute o valor da indenização -Autos 0000207-28.2004.8.16.0134 Vara Cível - Pinhão PR - Fase pericial contábil em cumprimento de sentença.			2.212	2.212
Desapropriação	Autos 0000555-12.2005.8.16.0134 - Vara Cível de Pinhão PR - Fase: Recurso pela Elejor contra decisão TJ/PR q deferiu pgto da extração florestal	260	260		
Desapropriação	Autos 0004051-38.2003.8.16.0031 - Vara Cível de Guarapuava PR - Fase: Sentença em Dez.24. Ag. Ap pela Elejor.	3.025	3.025		
T O T A I S		3.285	3.285	38.453	38.003

25.3 Ação Judicial para Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão

A Companhia é parte autora em ação judicial em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), na qual pleiteia o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 125/2001, firmado com a União, em razão de alterações nas condições econômicas que impactaram a manutenção do equilíbrio originalmente pactuado.

O objeto da ação refere-se à revisão das condições de pagamento do Uso do Bem Público – UBP, cujos encargos têm gerado impacto material no resultado da Companhia.

Até a data de encerramento das demonstrações financeiras, a ação se encontra em fase recursal.

26. Obrigações Vinculada a Concessão e Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia		31/12/2024	Adições	Amortização Acumulada	31/03/2025
Usinas - Ativo Imobilizado em Serviço	Pesquisa e Desenvolvimento				
Estação Solar Eólica 34,5 Kv	Projeto 2945-0004/2013	2.525	-	(41)	2.484
	Projeto 2945-0005/2013				
Ilha Solar Fotovoltaica Flutuante 300 KWp	Projeto 2945-0001/2017	6.182	-	(101)	6.081
Ilha Solar Fotovoltaica Flutuante 100 KWp	Projeto 2945-0001/2017	3.604	-	(59)	3.545
		12.311	-	(201)	12.110

27. Patrimônio Líquido

27.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 77ª AGE de 20/09/2021, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

27.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Saldos	31/03/2025	31/12/2024
RCE-Reduções Certificadas de Emissão		3.317	3.593
(-) Cont.Social Lucr.Liq. - Diferida		(299)	(323)
(-) Imposto de Renda - Diferido		(829)	(898)
		2.189	2.372

A Companhia possui Reduções Certificadas de Emissões (RCE) que são títulos financeiros mantidos para venda, os quais foram emitidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) das Nações Unidas, em decorrência do Projeto nº 1279 nomeado Fundação Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP), a variação positiva ou negativa dos títulos não negociados no encerramento do balanço são “marcados a mercado” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, bem como os reflexos da incidência do IRPJ e CSLL.

28. Receita Operacional Líquida

Descrição	01/01/2025	01/01/2024
	a	a
	31/03/2025	31/03/2024
Geração	42.364	15.307
Venda de Energia UHEs - Convencional	39.684	14.309
Venda de Energia CGHs - Incentivada	2.680	998
Comercialização	7.748	10.752
Energia contabilizada na CCEE	7.748	10.752
Receita Bruta	50.112	26.059
Contribuição para PIS	(749)	(323)
Contribuição para Cofins	(3.452)	(1.486)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(424)	(219)
Deduções da Receita Bruta	(4.625)	(2.028)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	45.487	24.031

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia apresentou incremento no volume contratado no Ambiente de Contratação Livre (ACL), com conseqüente redução da exposição ao

mercado de curto prazo (CCEE). A variação decorre do aumento do Preço Médio de Venda (PMV), que passou de R\$ 100,47/MWh em 2024 para R\$ 170,68/MWh em 2025, aliado ao crescimento do volume comercializado, que evoluiu de 152.364 MWh no primeiro trimestre de 2024 para 248.771 MWh no mesmo período de 2025.

29. Custos Operacionais

Descrição	01/01/2025	01/01/2024
	a	a
	31/03/2025	31/03/2024
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos	(2.828)	(1.857)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(255)	(241)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(6.207)	(6.322)
Materiais	(171)	(76)
Serviços de Terceiros	(4.009)	(3.451)
Depreciação	(5.292)	(5.351)
Amortização	(2.835)	(2.821)
Seguros	(666)	(638)
Outros custos	(42)	(36)
	(22.305)	(20.793)

30. Outras (despesas) receitas operacionais

Descrição	01/01/2025	01/01/2024
	a	a
	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal	(772)	(727)
Administradores	(561)	(546)
Material	(16)	(14)
Serviços de Terceiros	(201)	(214)
Depreciação	(59)	(57)
Arrendamento e Aluguéis	(32)	(30)
Seguros	-	(1)
Tributos	(34)	(28)
Outras despesas	(85)	(64)
Despesas	(1.760)	(1.681)
Outras Receitas	43	34
Receitas	43	34
	(1.717)	(1.647)

31. Resultado Financeiro

Descrição	01/01/2025	01/01/2024
	a	a
	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Rendas de aplicações disponíveis p/venda	2.643	4.074
Juros e correções de tributos	1.581	-
CCEE Encargos de liquidação	85	-
Encargos da concessão - UBP - AVP	7.287	16.560
Subtotal	11.596	20.634
Despesas financeiras		

Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM	(27.086)	(25.913)
Encargos da concessão - UBP - AVP	(10.159)	(4.340)
AVP de Arrendamento - Edificações	(11)	(15)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	-
CCEE Encargos de liquidação	(93)	(204)
Subtotal	(37.350)	(30.472)
Resultado Financeiro Líquido	(25.754)	(9.838)

Os Encargos de Concessão representam os desembolsos realizados com UBP, referenciados na NE nº 21, além da atualização monetária sobre o saldo da dívida de concessão em conformidade com a variação do IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado a valor presente.

32. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro da Companhia foram contratadas levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos, conforme entendimento da administração. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	07.09.2024 a 07.09.2025	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundão	2.665	364.032
TOKIO MARINE	19.05.2024 a 19.05.2025	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.810
Total				2.667	365.842

A Companhia também mantém contrato na modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 02852.2024.0060.0993.0002145, com a AXA Seguros S.A.

33. Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.

A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

34. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são os seguintes:

	NE	31/03/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos contas movimento	5	53	53	19	19
Aplicações financeiras	5	94.780	94.780	96.260	96.260
Custo Amortizado					
Clientes	6	23.944	23.944	21.157	21.157
Valor Justo do Resultado Abrangente					
Créditos de Carbono - RCEs	10	2.931	2.931	3.922	3.922
Total dos ativos financeiros		121.708	121.708	121.358	121.358

	NE	31/03/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos Financeiros					
Custo Amortizado					
Fornecedores	19	3.957	3.957	3.857	3.857
Contas a pagar vinculadas à concessão	21	864.855	864.855	861.982	861.982
Total dos passivos financeiros		868.812	868.812	865.839	865.839

Os ativos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

35. Eventos Subsequentes

A administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

NESTOR
BAPTISTA:07214
308991

Assinado de forma digital
por NESTOR
BAPTISTA:07214308991
Dados: 2025.04.28 11:25:42
-03'00'

Nestor Baptista
Diretor Presidente



Cleveson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

Documento assinado digitalmente

FERNANDO SOUZA RIBEIRO
Data: 28/04/2025 11:17:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC PR 024544/O-3

**ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS
DO RIO JORDÃO S.A**

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
TRIMESTRE FINDO EM 31/03/2025

Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias

Aos
Diretores, Conselheiros e Administradores da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A
Curitiba (PR)

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A** ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Outros assuntos

1) DVA – Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Curitiba, 28 de Abril de 2025.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1


Assinatura Digital RICARDO
MASSERA 0635213924
DULCENIR-CARDO
MASSERA 0635213924
CUI-36868-confirmando
CUI-368689991080 CUI-ICM BRANCO)
CUI-RFB e-CFP A1 CUI-Secretaria de
Economia Federal do Brasil - RFB, C-ICP,
Brasil, C-BR
Data:28/04/2025 16:46:02 -02:00

Ricardo Massera
Contador CRC PR-066.333/O-2-S-SP
CNAI nº 4673